



MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

ATA DE REUNIÃO

CMSE - COMITÊ DE MONITORAMENTO DO SETOR ELÉTRICO

ATA DA 274ª REUNIÃO

Data: 8 de fevereiro de 2023

Horário: 09h15

Local: Sala de Reunião Plenária do MME – 9º andar

Participantes: Lista Anexa.

1. ABERTURA

1.1. A 274ª Reunião (Ordinária) do CMSE foi presidida pelo Ministro de Minas e Energia, Sr. Alexandre Silveira, que deu continuidade às discussões iniciadas na 273ª Reunião (Ordinária) do CMSE, realizada na mesma manhã. Dessa maneira, o Diretor-Substituto do Departamento de Monitoramento do Sistema Elétrico, Sr. Igor Souza Ribeiro, conduziu a reunião conforme a agenda de trabalho relatada a seguir.

2. AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DO ATENDIMENTO ELETROENERGÉTICO DO SISTEMA INTERLIGADO NACIONAL - SIN

2.1. O Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS realizou apresentação sobre as condições de atendimento do Sistema Interligado Nacional – SIN, destacando que, em janeiro de 2023, houve a continuidade das chuvas observadas no País, comportamento esperado para o período tipicamente úmido. Os maiores valores totais de precipitação ocorreram nas bacias dos rios Grande, Paranaíba, alto São Francisco e no trecho incremental à usina hidrelétrica – UHE Itaipu.

2.2. Em relação à Energia Natural Afluente – ENA, foram verificados valores acima da média histórica em todos os subsistemas, com exceção do subsistema Sul. Considerando a ENA agregada do SIN, foi verificado valor de 117% da Média de Longo Termo – MLT.

2.3. Em termos de armazenamentos equivalentes, foram verificadas as melhores condições do SIN dos últimos 11 anos, tendo sido registrado, para os subsistemas, os patamares de 69,8% no Sudeste/Centro-Oeste, 86,9% no Sul, 75,7% no Nordeste e 89,3% no Norte. Para o SIN, o armazenamento ao final de janeiro foi de 73,1%, o que contribuirá para o cumprimento dos objetivos de segurança do atendimento e modicidade tarifária nos próximos meses.

2.4. Como consequência das altas afluições, aliadas à disponibilidade de recursos energéticos advindos de outras fontes, destacadamente eólica e solar, foi mencionada a verificação, no último mês, de excedentes de energia em todos os subsistemas, com ocorrência de vertimentos em todos eles. Nesse cenário, foi observada a continuidade da exportação de energia elétrica do Brasil para a Argentina e para o Uruguai, tendo sido viabilizada, pela primeira vez desde a publicação da Portaria do MME nº 049/2022, a exportação de excedentes hidrelétricos em caráter comercial. Esta modalidade prevaleceu a partir da última semana do mês, em detrimento das exportações aos países vizinhos de energia advinda de usinas termelétricas brasileiras, conforme solicitações realizadas e observados os normativos para viabilizá-las.

2.5. Além disso, foi informado que as bacias dos rios São Francisco e Grande permanecem com operação em condição de cheia, conforme diretrizes adotadas em prol da gestão dos usos múltiplos das águas e da devida segurança à população. A Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA, presente na reunião, registrou o sucesso do trabalho conjunto realizado com o setor elétrico brasileiro, manifestando o compromisso da continuidade da atuação sinérgica em parceria com as instituições setoriais.

2.6. Dentre os destaques da operação, foram também mencionados os atos de vandalismo em

infraestruturas de transmissão de energia elétrica, verificados com maior frequência na primeira quinzena de janeiro de 2023. Conforme registrado, mesmo diante dos eventos, a operação do SIN se manteve robusta, sem que houvesse interrupção do fornecimento de energia elétrica para os consumidores brasileiros.

2.7. Na sequência, o Operador relatou a estatística de perturbações na Rede Básica do SIN, assim como as principais perturbações com interrupção de carga verificadas no mês de janeiro de 2023.

2.8. Além disso, o Operador relatou o acompanhamento que realiza dos equipamentos de transmissão de energia elétrica que estão indisponíveis para a operação sistêmica. Ressalta-se que estas informações são também encaminhadas mensalmente pelo ONS à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, tendo em vista as competências de atuação de cada instituição.

2.9. Relativo aos custos da operação do SIN, foi mencionada a queda verificada dos valores de 2022 em comparação com aqueles verificados em 2021, em virtude, destacadamente, da significativa melhora das condições de atendimento posteriormente à escassez hídrica severa vivenciada no biênio 2020/2021, o que também possibilitou a redução acentuada do despacho termelétrico no período.

2.10. Em relação aos estudos prospectivos, que contemplaram avaliações estendidas até o final de julho, o ONS registrou a indicação de pleno atendimento tanto em termos de energia quanto de potência em todo o período, com perspectiva de atingimento dos maiores níveis de armazenamento dos últimos anos ao final do período tipicamente úmido (abril/2023).

2.11. Para fevereiro de 2023, há a expectativa de valores de ENA para o SIN entre 89% e 101% da MLT, a depender do cenário considerado. Já em termos de armazenamentos equivalentes, as projeções indicam para o subsistema SE/CO variação entre 77,8% e 78,4% da EAR_{máx}. Para o SIN, a previsão varia entre 80,5% e 80,7% da EAR_{máx}.

2.12. Assim, no cenário atual, o ONS continuará a adotar como estratégia operativa a exploração das disponibilidades energéticas, considerando o rateio de vertimento turbinável de usinas hidrelétricas, o controle de cheias na região Nordeste e a geração minimizada nas bacias da região Sudeste que possuem condição de armazenamento.

3. MONITORAMENTO DA EXPANSÃO E HOMOLOGAÇÃO DAS “DATAS DE TENDÊNCIA” DA OPERAÇÃO COMERCIAL DA GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

3.1. A Secretaria de Energia Elétrica – SEE/MME realizou apresentação relativa ao monitoramento da expansão do sistema elétrico brasileiro, tendo informado que a expansão verificada^[1] em 2022 foi de 8.243 MW de capacidade instalada de geração centralizada de energia elétrica, 7.850 MW de geração distribuída, 9.217 km de linhas de transmissão e 23.707 MVA de capacidade de transformação.

3.2. Por sua vez, em janeiro de 2023, foi observada a implantação de aproximadamente 1.274 MW de capacidade instalada de geração centralizada, 864 MW de geração distribuída, 455 km de linhas de transmissão e 1.866 MVA de capacidade de transformação. Para 2023, há perspectiva de aumento de 10.303 MW de geração centralizada, 6.661 km de linhas de transmissão e 24.106 MVA de capacidade de transformação.

3.3. Na sequência, o Comitê homologou as datas de tendência para operação comercial das usinas, conforme reunião mensal do Grupo de Monitoramento da Expansão da Geração, de 19 de janeiro de 2023, e encaminhadas aos membros do CMSE pelo Ofício-Circular nº 2/2023-CGEG/DMSE/SEE/MME.

3.4. Também homologou as datas de tendência para operação comercial dos empreendimentos de transmissão, conforme reunião mensal do Grupo de Monitoramento da Expansão da Transmissão, realizada em 19 de janeiro de 2023, e encaminhadas aos membros do CMSE e pelo Ofício-Circular nº 1/2023/CGET/DMSE/SEE-MME.

[1] Os valores relacionados à expansão verificada são consolidados com as demais instituições setoriais e refletidos nas informações apresentadas ao CMSE.

4. MONITORAMENTO DA COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

4.1. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, apresentou, primeiramente, o panorama relativo ao balanço entre a geração e o consumo de energia elétrica nos últimos anos. Sobre o assunto, destacou a predominância, no País, da geração verificada por fontes renováveis, que atingiu, em 2022, 92% da participação no total gerado, o que representa o maior valor em termos percentuais para a última década.

4.2. Sobre o consumo, foi mencionado o aumento verificado desde 2021, impulsionado pelo crescimento do mercado livre de energia elétrica. Além disso, foi destacada redução de aproximadamente 1,4% no consumo do Ambiente de Contratação Regulada – ACR em 2022, comparativamente ao ano anterior, o que considera os efeitos da expansão da geração distribuída.

4.3. Além disso, foram apresentados os resultados da liquidação financeira do Mercado de Curto Prazo – MCP referentes à contabilização de dezembro de 2022, ocorrida nos dias 6 e 7 de fevereiro.

4.4. Foi contabilizado um total de R\$ 1,57 bilhão, sendo R\$ 630 milhões correspondentes ao valor da contabilização do MCP do próprio mês e ao montante não pago no mês anterior e R\$ 940 milhões relativos ao *Generation Scaling Factor* – *GSF* não repactuado, que se encontra sob efeito de liminar judicial. Sobre o assunto, a CCEE registrou a necessidade de endereçamento da situação, que tem se prolongado nos últimos anos, com impactos especialmente no recebimento dos agentes que não possuem liminares dos respectivos créditos devidos. O tema tem sido objeto de avaliação conjunta juntamente com o MME e a ANEEL, que continuarão a atuar para o equacionamento deste tema de destacada relevância para o mercado brasileiro de energia elétrica.

4.5. Na sequência, a CCEE apresentou cronograma relativo à situação das usinas contratadas no 1º Procedimento Competitivo Simplificado – PCS/2021 e seus impactos na expectativa de cobrança do Encargo de Energia de Reserva ao longo do ano 2023, com aumento estimado de mais de 60% em relação ao montante recolhido em 2022.

4.6. Por fim, dentre outros assuntos, foram mencionados os resultados preliminares relacionados à exportação de excedentes hidrelétricos, conforme Portaria do MME nº 049/2022.

5. DESTAQUES DA REGULAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO

5.1. A ANEEL realizou apresentação contemplando, primeiramente, a atualização sobre o acompanhamento do fornecimento de energia elétrica aos municípios de Manicoré e Apuí, no estado do Amazonas, em atenção à deliberação realizada na 270ª reunião (Ordinária) do CMSE. Dentre as informações apresentadas, foi mencionada a previsão de realização, em 9 de fevereiro de 2023, de chamada pública pela Amazonas Energia com vistas à disponibilização de nova usina termelétrica – UTE Manicoré III em condição de reserva, conforme disposto na Portaria do MME nº 714/2022. Além disso, foi registrada a importância do aprimoramento das questões relativas ao atendimento dos sistemas isolados, de forma a finalizar a adoção das soluções excepcionais em curso, o que está em análise junto ao MME.

5.2. Referente à UTE Jaguarica II, usina termelétrica a gás natural com relevância para o atendimento a Boa Vista/RR, única capital brasileira não conectada ao SIN, foram mencionadas as ações de fiscalização conduzidas pela Agência quanto à autonomia de combustível para a geração de energia elétrica pelo empreendimento alinhada aos requisitos estabelecidos no Leilão 001/2019 para atendimento a Boa Vista e localidades conectadas.

5.3. Foi destacada a aprovação, pela ANEEL, da regulamentação sobre a micro e minigeração distribuída – MMGD. Conforme mencionado, o trabalho consolidou as avaliações conduzidas na Consulta Pública ANEEL nº 50/2022, que abordou aspectos econômicos da temática, qual seja, a inclusão do subsídio da MMGD na Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, bem como na Consulta Pública ANEEL nº 51/2022 sobre as regras de faturamento e procedimentos de acesso de unidades consumidoras com MMGD. As discussões contaram com ampla participação da sociedade em prol da robustez das análises e proposições realizadas, especialmente considerando a importância da temática e a relevante participação da MMGD no sistema elétrico brasileiro, já contando com cerca de 17,5 GW de potência instalada.

5.4. Por fim, a ANEEL apresentou o histórico recente do Lote 6 do Leilão de Transmissão nº 002/2022, constituído pela publicação do Plano de Outorgas de Transmissão de Energia Elétrica - POTEE 2021 com a indicação de licitação para o novo serviço na SE Centro, aprovação do Edital nº 002/2022 pela Diretoria da ANEEL, realização da sessão pública do Leilão e publicação do Acórdão nº 10/2023 - TCU – Plenário que impediu o prosseguimento do certame em relação ao Lote 6. Concluiu que apresentará pedido de reexame ao TCU quanto a essa decisão.

6. MEDIDAS ADOTADAS PARA O ENFRENTAMENTO DE ATOS DE VANDALISMO EM INFRAESTRUTURAS DE ENERGIA ELÉTRICA

6.1. A ANEEL apresentou ao CMSE as providências empreendidas pela instituição frente às ocorrências em instalações de transmissão registradas, com maior frequência, a partir de 8 de janeiro de 2023 e decorrentes de atos de vandalismo. Conforme destacado, foram conduzidas ações com agentes dos

segmentos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, que contemplaram atividades relacionadas, por exemplo, às inspeções nas instalações estratégicas, à operacionalização de planos de contingência e ao aprimoramento da comunicação junto à Agência.

6.2. Além disso, foi destacado o quantitativo do total de ocorrências verificadas no período, até o final de janeiro de 2023, compreendendo 14 eventos em 6 unidades da Federação. Conforme manifestado na ocasião, as instituições do setor elétrico brasileiro reafirmaram o seu comprometimento no enfrentamento do tema, inclusive com a devida articulação com outros órgãos e instituições setoriais, de forma a prevenir e subsidiar punição a quaisquer ataques às infraestruturas de energia elétrica.

6.3. Sobre o tema, o MME noticiou a análise que está avaliando o estabelecimento de protocolo para fortalecer e viabilizar a governança setorial para o enfrentamento de crises nos setores energéticos, de gás natural, petróleo e biocombustível, tema que será aprofundado nos próximos dias com a ampliação do diálogo com as demais instituições.

7. ASSUNTOS GERAIS

7.1. Por fim, o CMSE reafirmou seu compromisso com a garantia da segurança e da confiabilidade no fornecimento de energia elétrica no País no cenário atual e futuro, por meio da continuidade do monitoramento permanente realizado, respaldado pelos estudos elaborados sob as diversas óticas do setor elétrico brasileiro, e com a ação sinérgica e robusta das instituições que compõem o Comitê.

7.2. Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e determinada a lavratura desta ata que, após aprovada pelos membros, vai assinada por mim, Igor Souza Ribeiro, Secretário-Executivo do CMSE Substituto.

LISTA DE PARTICIPANTES

NOME	ÓRGÃO
André Luiz G. Oliveira	MME
Guilherme Silva de Godoi	MME
Candice Costa	MME
Pietro Mendes	Infra S.A.
Fernando Moura	anp
Elisa Bastos	ONS
Marcelo Prais	ONS
Alexandre Zucarato	ONS
Christiano Vieira da Silva	ANEEL
Thiago Barral	EPE
Ana Gadelha	MME
Raoni Pinheiro	MME
Marcelo Torres	MME
Rogério Guedes da Silva	MME
Aldo B. Cores Jr.	MME
Christiany S. Faria	MME
Gustavo Cerqueira Ataíde	MME
Gentil Nogueira de Sá Júnior	ANEEL
Filipe Sampaio	ANA
Joaquim Gondim	Ana

Vitor Saback	ANA
Verônica Sánchez	ANA
Talita Porto	CCEE
Ricardo Tili	ANEEL
Hélio Guerra	ANEEL
Sandoval Feitosa	ANEEL
Arthur Cerqueira	AGU
José Affonso de A. Netto	AGU
Rafael Costa Ribeiro	ANEEL
Renata Farias	ANEEL
Eduardo Rossi	ANEEL
Alessandro Cantarino	ANEEL
Bianca Maria M. de A. Braga	MME
Ceicilene Martins	MME
Isabela Sales Vieira	MME
Igor Ribeiro	MME
João Daniel de A. Cascalho	MME
Luiz Carlos Ciochi*	ONS

*videoconferência

Anexo 1:	Nota Informativa - 274ª Reunião do CMSE (08-02-2023) (SEI nº 0724365);
Anexo 2:	Datas de Tendência das Usinas - 274ª Reunião do CMSE (08-02-2023) (SEI nº 0724366);
Anexo 3:	Datas de Tendência da Transmissão - 274ª Reunião do CMSE (08-02-2023) (SEI nº 0724367).



Documento assinado eletronicamente por **Igor Souza Ribeiro**, **Coordenador(a)-Geral de Monitoramento do Desempenho do Sistema Elétrico**, em 13/03/2023, às 15:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme Silva de Godoi**, **Diretor(a) do Departamento de Monitoramento do Sistema Elétrico**, em 13/03/2023, às 15:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://www.mme.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0731723** e o código CRC **4C1AAE8B**.